

PARECER JURÍDICO– N.H - I.C.D.

Requerente: Setor de Licitações

Prefeitura Municipal de Ernestina.

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DO EDITAL PREGÃO Nº 03/2025,
referente a Contratação de Mini Escavadeira.

Trata o presente de resposta a IMPUGNAÇÃO apresentada pela empresa N.B. LOCAÇÕES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.676.186/0001-05, estabelecida na Rua Voluntários da Pátria, nº. 1015, Bairro Floresta, na cidade de Porto Alegre/ RS, que apresenta impugnação contra os termos do Edital, encaminhada ao Setor Jurídico do Município, que procedeu ao julgamento da Impugnação, interposta, informando o que se segue:

Quanto à especificação do objeto a ser adquirido impugnou o edital, sustentando que o edital prevê largura mínima, exigência de proteção de segurança assistência técnica em até 200km e caçamba adicional.

DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

O pedido de impugnação foi protocolado pela empresa acima qualificada, na data de 17/04/2025, porém tempestiva.

Prevê o artigo 164 da Lei nº. 14.133/2021:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3

(três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação é tempestiva, eis que interposta de acordo com o prazo legal, posto isso, passa-se ao mérito da impugnação.

DO ITEM IMPUGNADO

Em suas razões de impugnação, a postulante insurge-se sobre os itens acima descritos.

Contudo entendemos não ser o caso de retificação do edital uma vez que a largura mínima da máquina conforme prevê no edital é a mínima e não a máxima. Ainda, a proteção exigida é para segurança do operador. A assistência técnica em um raio de 200Km é para poder a administração ter assistência imediata. Por fim, a caçamba adicional é para atender a necessidade do Município para serviços adicionais.

Assim a impugnação resta indeferida.

CONCLUSÃO

Assim, conhecemos a impugnação por tempestiva, para, no mérito, opinar pelo desprovimento dessa, com a manutenção do edital.

Tal o parecer, submetido à elevada consideração de Vossa Senhoria.

Ernestina-RS, 22 de abril de 2.025.

NORBERTO HALLWASS, ADV
OAB/RS 29.162

IRIS CRISTINA DIEFENTHAELER, adv.
Procuradora Jurídica
OAB/RS nº 73.475